

Handwritten signature/initials in blue ink.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ILHA DA TERCEIRA

REALIZADA A 06 DE FEVEREIRO DE 2015

ATA N.º 2

Aos seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas dez horas, na Casa das Tias, sita na Praia da Vitória, reuniu o Conselho de Ilha da Terceira, presidido por Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro. -----

Nesta reunião verificou-se a presença dos seguintes conselheiros: -----

Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, Presidente do Conselho de Ilha, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória.-----

José Gabriel do Álamo de Meneses, Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Sandro Rebelo Palm, Primeiro Secretário da Mesa do Conselho, representante da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.-----

José António Sozinho Azevedo, Segundo Secretário da Mesa do Conselho, representante das Associações Agrícolas, -----

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Paulo Manuel da Silva Codorniz, Presidente da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

João Luís Sanches dos Santos, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

Péricles Pereira Ortins, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Pedro Miguel de Borba Ferreira, representante da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo. -----

h. Aguiar

Rui Fernandes Nobre de Castro, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

Ana Rita Meneses Branco, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória.-----

Norberto Francisco Ávila Messias, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

Carlos Valadão Santos, representante da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo.-----

Fernando Gastão de Sousa Sieuve de Menezes, representante das Associações Agrícolas (FRUTER). -----

José Manuel Ferreira Pimentel Dias, representante dos Sindicatos (UGT).-----

António Pedro Inocêncio, representante dos Sindicatos (CGTP).-----

Presentes os seguintes deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores: -----

Nuno Miguel de Aguiar Meneses, deputado do PS. -----

Luís Miguel Frojaz Rendeiro, deputado do PSD. -----

Maria Judite Gomes Parreira, deputado do PSD.-----

Ausências não justificadas: -----

Maria Francisca Santos Toledo Gomes de Andrade, representante da Assembleia Municipal da Praia da Vitória. -----

António Toste Parreira, deputado do PS. -----

Francisco Coelho, deputado do PS. -----

Berto Messias, deputado do PS. -----

Cláudia Alexandra Cardoso, deputado do PS. -----

Domingos Manuel Cunha, deputado do PS. -----

António Ventura, deputado do PSD. -----

Artur Lima, deputado do CDS-PP. -----

António Félix Rodrigues, deputado do CDS-PP. -----

ORDEM DO DIA

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, deu as boas vindas e agradeceu a presença dos Conselheiros, após verificação da existência de quórum deu início à leitura do primeiro ponto da ordem do dia:-----

Ponto um: Apreciação e votação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, com a indicação de que o mesmo foi disponibilizado a todos, ou poderia ser consultado no site www.cm-ah.pt, depois de lido foi colocado à discussão: -----

Por não haver intervenção de nenhum dos conselheiros o **Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro**, quis dar algumas notas mencionando que o documento é um documento integrado que vê a Terceira num todo, foi elaborado na perspetiva de análise das vantagens e desvantagens relativas ao nosso desenvolvimento, tem um enfoque em vários pontos e identifica os elementos diferenciadores da Terceira: Localização Geoestratégica, Infraestruturas de Transportes Intercontinentais, Agroindústrias, Condições Edafo-climáticas, Cultura e Património Edificado e Imaterial, Qualidade Ambiental e Mar, a partir destes pontos a Terceira conta para a construção de uma nova economia moderna.-----

De seguida o **Conselheiro Luís Rendeiro** usou da palavra cumprimentando a mesa bem como os restantes conselheiros, mencionado que antes de assinar por baixo do plano e da situação, que é grave e importante, deverá fazer-se uma reflexão cuidada pois esta é uma situação muito delicada. Terá sido um erro e má gestão Política a Terceira declarar guerra aos Americanos, ao Governo da República, declarar agora às outras ilhas dos Açores, e faltar um nível de responsabilidade, que é a responsabilidade local e regional. Sublinhando que não faltou dinheiro, fundos comunitários, maiorias absolutas, estabilidade governativa, para que o nível de dependência da economia da Terceira e principalmente do concelho da Praia da Vitória em relação aos americanos e à base não fosse tão grande e acha que tem que se assumir que a relação com os



Estados Unidos mudou e tinha mesmo que mudar, pois continuamos a ser amigos, aliados, mas é inevitável que os tempos deixem de ser os mesmos e terá que se avaliar se mesmo com uma redução de forças é ou não importante que os americanos continuem cá? Com maior ou menor intensidade são ou não importantes? O Sr. conselheiro quis deixar esta reflexão, informando que por parte do PSD é óbvio que irão apoiar qualquer plano de revitalização da Terceira.-----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, sugeriu que se juntasse o ponto um ao ponto três, uma vez que não é fácil falar de um sem o outro, pela Mesa não houve qualquer problema na junção dos dois deixando assim a discussão à consideração dos senhores conselheiros, na qual não houve objeções sendo aberta a discussão e intervenção dos senhores conselheiros.-----

O Conselheiro Péricles Ortins concordou com tudo o que leu em qualquer um dos documentos, uma vez que ambos estão ligados e um sucede ao outro pelas mesmas razões. Mencionou que o caso da Base das Lajes já vem de há muito tempo a tirar alguma influência Económica na Ilha e há outros assuntos que tem contribuído para o esvaziamento económico, social político, o que faz com que haja o empobrecimento natural, há a centralização de muitos serviços, institutos, empresas públicas, grandes empresas que estão a centralizar cada vez mais, não só agora, os seus núcleos técnicos, de competência, de quadros e a sua central de compras num só ponto, sublinhou que isso veio a esvaziar o que podia ser/deixar algum movimento financeiro na ilha. -----

O Conselheiro José Álamo de Meneses iniciou a sua intervenção em resposta ao que havia sido dito pelo deputado Luís Rendeiro, apontando que a mesma acaba por ser contraditória nela própria, pois é como dizer que foi declarada guerra a este e aquele outro, e que só falta declarar ao Governo Regional, então porque não declará-la e ficaremos em guerra com todos, o mesmo pensa que não foi declarada guerra a quem quer que seja, e a verdade é que se não tivesse sido dito aquilo que foi dito, a crítica seria de que a Terceira não tem uma voz e estaríamos a ser agora acusados de não haver liderança na Terceira. Afirmou o Sr. Conselheiro que foi dito o que tinha que ser dito, mas o fundamental é algumas das questões que foram ditas pela Câmara de Comércio de Ponta Delgada, que são profundamente injustas e devem merecer o

G. B. H.
7

nosso repúdio firme, o mesmo questionou se esta situação deverá passar assim? Se devemos ouvir coisas destas e continuar a procurar aliados? O mesmo acha que sim, que os devemos procurar, e informar que pessoalmente já reuniu com responsáveis norte-americanos sobre essa matéria, e com entidades diversas procurando aliados, e muito recentemente em conjunto com o Sr. Presidente do Conselho de Ilha reuniram no Pico com todas as Câmaras do Grupo Central e Ocidental, sobre estas matérias e outras. Referiu que, com ou sem Base das Lajes era inevitável que o conflito acontecesse, terá é que ser enfrentado e não se inventar guerras gratuitas, afirmou ainda ser favorável à unidade Regional e à solidariedade entre os Açorianos. Falando no Plano Estratégico, disse que este não será um Plano para hoje nem para amanhã, será um Plano a médio prazo, e que o mesmo é o conjunto de linhas orientadoras da atividade política na Ilha para as próximas décadas. O Sr. Conselheiro estimou que seria importante o Conselho fazer uma aprovação por uma maioria expressiva, ou até por unanimidade. -----

O Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes deu o bom dia ao Presidente, à mesa, e a todos os conselheiros, iniciando o seu discurso mencionando que o Plano refere uma serie de situações, intervenções e trabalho, em termos de Plano, não tem discussão nenhuma, está organizado, está feito. O Sr. Conselheiro achou muito estranho não estar mencionado o cais de cruzeiros, e reforçou esta situação porque foi uma proposta e uma oferta do Sr. Presidente do Governo em campanha eleitoral de então, portanto acha que tem cabimento, esclarecendo que se pensarmos o quanto custou as Portas do Mar, em S. Miguel que ultrapassou os 60 milhões de euros, tendo uma derrapagem de quase 50%, sem ter sido construído o molho de proteção, o Sr. Conselheiro lembrou que aqui é preciso fazer-se isso, o que terá um custo mais acentuado. Em relação à Base das Lajes, o Sr. Conselheiro entende que a mesma deveria ser civil, dando como exemplo a base de Frankfurt, a qual é da NATO, é militar e é civil, o Sr. Conselheiro quis deixar claro que a ilha Terceira, recebeu um fluxo de imigração enorme, os dinheiros que entraram foram para o orçamento Regional, e quem sofreu foi a Praia da Vitória, quem teve problemas com os americanos foi a Praia da Vitória e a ilha Terceira, e o dinheiro entrou no orçamento Regional, citou termos sido solidários com todas as ilhas, pelo que seria de muito mau tom, que o Conselho de

ilha não reagisse a uma questão destas, sublinhou ser inaceitável a falta de solidariedade, assim sendo propôs que houvesse um voto de pesar, pela falta de solidariedade, um voto de pesar pelo que aconteceu nos Concelhos de Ilha, e na Câmara de Comércio de Ponta Delgada. Terminou dizendo concordar com o Plano e que o mesmo deveria ser aprovado por unanimidade.-----

O Conselheiro Ricardo Barros deu o bom dia a todos, proferindo que relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, estar de acordo com algumas coisas por ele proferidas, em primeiro lugar em relação aos americanos, mencionando que têm obrigação de ter uma posição de força, pois somos um estado soberano e o que está a acontecer é efetivamente uma situação onde nos coloca numa situação difícil. Afirmou que quando foi referida a situação de Frankfurt, a questão não é idêntica, pois Frankfurt tem várias pistas, ou seja, pode aterrar ao mesmo tempo vários aviões, militares e civis em pistas diferentes, sem qualquer constrangimento e sem qualquer problema. Por isso, o Sr. Conselheiro manifestou ser da opinião de que relativamente aos americanos tem que se ter e uma resposta firme, uma resposta de estado soberano, e não uma resposta de quem, se verga perante uma potência como é os Estados Unidos. Relativamente à história da Câmara de Comércio de Ponta Delgada, e do Núcleo Empresarial do Pico, salientou ser lamentável por várias razões, por achar que não se tirou nada às restantes ilhas apenas se acrescentou à Terceira. -----

O Conselheiro Pedro Ferreira cumprimentou os presentes iniciando a sua intervenção dizendo que iria falar exclusivamente sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, porque tinha-se preparado nesse sentido, apesar da aparente unanimidade, quer o Sr. Conselheiro quer quem representa no conselho de ilha, não veem assim tantas mais-valias no mesmo, o Sr. Conselheiro disse achar que o planeamento e o pensamento estratégico são fundamentais para perspetivarmos e planearmos o futuro, sendo certo que as populações e a ilha Terceira em particular, têm um conjunto de recursos que merecem ser potencializados e colocados ao serviço do desenvolvimento e da qualidade de vida. Alegou ter tido conhecimento deste Plano ou da sua realização, precisamente há um ano atrás, quando em sede de Assembleia Municipal, o CDS apresentou uma proposta para a realização de um estudo mais ou menos parecido, relativamente ao concelho de Angra, sendo certo que quando

Sandro Paim

souberam da realização deste estudo, pensaram que finalmente poderiam trilhar algum caminho visando assegurar o futuro da ilha Terceira, mas infelizmente não é bem isso que encontram. Foi dito pelo Sr. Conselheiro que o Plano tem uma vantagem que importaria salientar, a realidade dos números, passou o mesmo a explicar mencionando que há um conjunto de dados, que foram vertidos no documento e que comprovam de facto que a crise está instalada na Terceira e há muitos anos. Acrescentou ainda que o estudo acentua um conjunto de preocupações que deverão merecer uma profunda atenção, o Plano refere que estamos com uma população cada vez mais envelhecida, temos piores indicadores de saúde, que o continente português, temos pior poder de comprar que a média Nacional, temos população pobre ou muito pobre superior à média do continente português, foi também dito pelo mesmo que o plano apresenta ainda outras conclusões que são também constrangedoras, como por exemplo o falar-se ainda na construção da Fábrica dos Laticínios, a ser promovida pela Associação Agrícola, que como se sabe sempre foi um nado morto, exalta a construção de um estaleiro naval na Praia da Vitória, quando no fundo temos um barracão que monta peças vindas em módulos do continente. Contudo concluiu o Sr. Conselheiro aludindo que o diagnóstico quase dramático do Plano de Desenvolvimento Estratégico da Ilha Terceira, copia, replica, reproduz e insiste em objetivos e estratégias que estão definidos, traçados em outros documentos, passando a enumera-los, Plano Ordenamento Turístico, Planos de Ordenamento da Orla Costeira, da agenda para a criação de emprego e competitividade empresarial, tudo isso são documentos que tem um selo, um cunho e um rumo traçado há quase 20 anos e que nos tem trazido os resultados que temos. Acrescentou ainda que, da sua parte não haverá tanta unanimidade e tanto consenso relativamente à sua aprovação. -----

O Conselheiro Sandro Paim cumprimentou os colegas de Mesa e restantes conselheiros, iniciando a sua intervenção com uma abordagem ao Plano realçando que o mesmo foi trabalhado durante longos anos, com uma empresa que conhecemos e que também desenvolveu o plano logístico, e a CCAH foi durante este processo parceiro muito ativo, mas há também muitas opções evitadas neste Plano, que são opções de empresários, das câmaras municipais, claro que foi abordado e foram tidas muitas reuniões com muitos parceiros, o tecido empresarial esteve presente, as outras

h Açores

ilhas não tem este plano, e o que foi defendido na altura é que cada ilha devia ter um Plano Estratégico e que inclusivamente deveria se integrar e complementar cada um desses planos, pois plano único deveria ser de uma Região, o Sr. Conselheiro salientou que em relação ao Plano Estratégico, que a Câmara de Comércio está de acordo da avaliação que é feita atualmente, concordou com o que o Sr. conselheiro Pedro Ferreira disse em relação ao que se foi perdendo ao longo dos anos, e concordou acima de tudo com o que é a visão do futuro, salientou que da parte da CCAH iriam votar a favor. Realçou que houve efetivamente um esforço de unir as pessoas em torno de um problema, que é a redução na Base das Lajes, e pelo que tem sido dito por algumas entidades, o Sr. Conselheiro classificou o que aconteceu de hipocrisia e o Conselho de Ilha terá que se manifestar e ser firme na posição. Por fim, concordou com um conjunto de posições que foram colocadas, e lamentou não haver unanimidade no Plano.-----

O Conselheiro José Pimentel Dias cumprimenta a Mesa e os restantes conselheiros, informando que assim que houve o primeiro anúncio público da redução dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes, e dos militares norte-americanos, a UGT Açores, apesar de não ter sido consultada até à data sobre este Plano, teve a preocupação, como entidade proactiva e que gosta de intervir na resolução dos problemas, debateu a questão da redução de trabalhadores na Base das Lajes, com uma serie de entidades, as quais tiveram oportunidade de se pronunciar sobre as consequências para a ilha Terceira, tendo havido também a oportunidade de se falar deste Plano. O Sr. Conselheiro saudou a apresentação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, salientando ser necessário ficar ciente entre o Conselho de Ilha, que no Plano dois terços das medidas que lá estão previstas são para ser executadas por entidades exteriores à Região, comunicou o Sr. conselheiro que a UGT está extremamente preocupada com esta realidade, da redução dos trabalhadores, bem como dos postos de trabalho indiretos celebrados por contratos com a ilha Terceira e até com outras ilhas, é importante que não se entre em contestação com as outras ilhas, mas tem que se lamentar a posição que as mesmas tiveram relativamente à apresentação deste Plano, portanto a UGT sugere que se convoque o Conselho Económico e Estratégico dos Açores e que se debata este

Agosto h

assunto, e que dele saia uma orientação claramente económica e política para a Terceira e para os Açores. Por fim o Sr. Conselheiro disse que a UGT espera ser ouvida à cerca deste plano, pois considera ser um parceiro estratégico fundamental na Região, pois representa milhares de trabalhadores na Região, tem capacidade de contribuir e de dar sugestões para a resolução de alguns problemas na área laboral. ---

O Conselheiro José António Azevedo interveio dizendo que quanto aos comentários da Câmara de Comércio de São Miguel e também dos Concelhos de Ilha das outras ilhas, os mesmos deveriam fazer um exame de consciência do investimento que foi feito ao longo do tempo em diversas dessas ilhas, que possam não ter dado os frutos devidos, mas não fomos os culpados, bem como as populações que convergiram dessas ilhas para a Terceira para trabalhar na Base das Lajes, pelo menos deveriam ser solidários com os seus conterrâneos. Referiu que quanto ao Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, têm noção que em algumas coisas está desatualizado, mas também terá que ser trabalho em outras, e adequado aos dias de hoje. Proferiu que o Plano deverá ser o alavancar da economia da ilha Terceira e deverá dar exemplo às outras ilhas que também tiveram investimentos, os quais não conseguiram dar desenvolvimento à economia, o que por sua vez todas as ilhas irão beneficiar diretamente do investimento que irá ser feito na ilha Terceira. -----

O Conselheiro António Pedro Inocêncio cumprimenta a Mesa e restantes conselheiros, indicando o mesmo estar em representação da União dos Sindicatos CGTP, mencionando que quanto ao Plano, iriam votar positivo pois acham-no positivo em certas matérias, analisamo-lo e falta muito coisa para que se complemente mas o mesmo e quem representa acreditam que gradualmente irá chegar-se a um bom senso, no entanto, o Sr. Conselheiro enunciou um ponto um tanto ou quanto negativo, o facto de que sessenta e cinco a setenta por cento, serem dinheiros que estão em vão, questionando se os Estados Unidos, se a República Portuguesa não enviarem esse dinheiro, este Plano fica em que ponto? -----

Dado que o Conselheiro estava a referir-se ao Plano de Revitalização da Ilha Terceira, ficou então registado o parecer da CGTP. -----

w
Paim
↓

Passando à Base das Lajes, o mesmo manifestou preocupação com os despedimentos, mas não só com os quinhentos que irão ser despedidos, mas também os indiretos, cerca de três mil trabalhadores, os quinhentos estão salvaguardados com os acordos, mas o problema são os indiretos os quais pouco se tem falado, e não nos podemos esquecer deles, referiu. -----

O **Conselheiro Sandro Paim** argumentou com o conselheiro José Pimentel Dias, dizendo-lhe que se estivessem a falar de levar ao Conselho Estratégico Económico Regional, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, englobado num conjunto outros Planos Estratégicos das outras ilhas, para numa ótica de complementaridade elaborar-se um Plano único para a região, dizendo-lhe estar de acordo, se estivessem a falar do Programa Revitalização, conforme sugestão do professor Mário Fortuna, manifestou que de forma alguma estaria de acordo, pois embora se saiba os impactos que vão ter na ilha Terceira, nunca ninguém reivindicou, nomeadamente o professor Mário Fortuna, que quando foi para fazer as Portas do Mar, fosse estudado no Conselho Estratégico Económico da Região, proferiu que nunca ninguém quis isso, não deveríamos ser nós Terceirenses a ir discutir um problema que é da Terceira. -----

O **Conselheiro Pedro Ferreira** sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento, disse ao conselheiro Sandro Paim, que em momento algum disse que iria votar contra, disse sim que com um conjunto de análise e virtudes que o documento até tem, o que se põe em causa é a forma como se alcança os objetivos isso é que parece pouco ambicioso. Relativamente à situação da Base das Lajes agora, afirmou que o que ficaram a perceber, é que há uma bipolaridade, ou seja, internamente e quando é para falar em nome dos Açores, somos todos muito solidários, mas depois há uma quebra de solidariedade porque também queremos igual. O Conselheiro referiu haver duas coisas que gostaria de clarificar, é que as pessoas que têm falado em nome das instituições, não representam em primeiro lugar a população das ilhas em questão, depois há um ponto que é importante esclarecer, tudo isto resulta de um Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira, que não é dos terceirenses, mas sim do Governo Regional do Partido Socialista, importa é que o mesmo venha por cobro nisto. Por fim o Sr. Conselheiro proferiu que o Plano de Revitalização da Ilha Terceira resulta

exatamente por causa do Modelo de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, porque senão não seria necessário um plano específico para a Terceira. -----

O **Conselheiro José Pimentel Dias** esclareceu o conselheiro Sandro Paim, proferindo que quando disse que este assunto devia ser abordado no Conselho Económico Estratégico dos Açores, não foi por causa do Plano de Revitalização Económico da Ilha Terceira, mas por causa das questões laterais que estão a ser colocados, e que vão para além disto, ferem a Autonomia, e a unidade entre as ilhas. -----

O **Conselheiro Fernando Sieuve de Menezes** quis lembrar que há cerca de um ano e tal houve uma reunião entre as câmaras de comércio em Santa Maria, e o Sr. Professor Mário Fortuna, referiu que deveriam ter sido feitos estudos para o Porto de Ponta Delgada e para as SCUTS, e o Sr. Conselheiro perguntou-lhe na altura que esteve em discussão pública porque que ele não tinha sugerido isso, e o Sr. Professor Mário Fortuna deu meia volta e foi embora, logo as palavras desse senhor põe em causa a autonomia dos Açores, e é isto que está em jogo. -----

A **Conselheira Maria Judite Parreira** cumprimentou todos os conselheiro e presentes, iniciando a sua intervenção referindo que em relação à Base das Lajes já quase tudo havia sido dito, mas no entanto, apelou à união e ao esforço de todas as forças políticas e de todos os poderes da resolução daquele que é com certeza um dos problemas mais graves com que a Terceira e os Açores se debatem, apelou que se contivessem e não cedessem às pulsões partidárias, que a Base das Lajes não seja arma de arremesso, entre o Governo Regional e o Governo da República e muito menos entre as várias ilhas, pela parte do PSD, alegou terem dado recentemente um sinal desse esforço, quando apelaram ao Governo Regional, que indicasse o Presidente da Câmara da Praia da Vitória, como seu representante legal na Comissão Bilateral, fizeram-no, informou a Sr.^a Conselheira, por acharem que ninguém melhor que o Presidente da Praia conhece a realidade do Concelho, e da ilha, por forma a representar condignamente e a defender os seus interesses na Comissão. Em relação à economia e ao impacto que o "downsizing" da Base das Lajes terá, é necessário que não nos esqueçamos que a situação frágil da economia da ilha Terceira, já existia antes dos americanos anunciarem a sua saída, e isso deve-se, não só mas também, ao incumprimento de promessas feitas ao longo de anos pelos vários Governos Regionais,

h. *Azores*
o que levou o Governo Regional a elaborar um Plano de Revitalização Económico da Ilha Terceira, e afirmou a mesma ser contra este Plano e que as outras ilhas tomaram decisões lamentáveis. -----

O Conselheiro Nuno Meneses cumprimenta todos os presentes, começando por fazer uma breve análise sobre os dois pontos que estavam em discussão, em relação ao Plano de Revitalização Económico da Ilha Terceira, disse que o mesmo assenta sobre três pontos fundamentais, um primeiro que se prende pela defesa dos trabalhadores da Base das Lajes, um segundo que se preocupa com o investimento que deverá ser feito na ilha Terceira, como forma de contributo para a revitalização económica da ilha, e um terceiro no que diz respeito ao passivo ambiental aquando da presença dos americanos nas Lajes. -----

Sallientou que uma coisa que o deixou um pouco perplexo, foi o facto de quase se acusar o Governo Regional, que por via de não ter um Plano Estratégico para os Açores, mas analisando o plano e estes três pontos, percebe-se claramente que os mesmos pretendem dar resposta a uma situação que aconteceu, é um plano que pretende reagir, o que deve ser feito, pois a situação é realmente de emergência. Este plano é o dar resposta a uma situação que aconteceu, e que merece um conjunto de intervenções para resolver um determinado conjunto de problemas. De acordo com o Conselheiro se for feita uma análise dos números que têm vindo a público, conseguir-se-ia perceber os benefícios da República com a presença dos americanos na Base das Lajes, portanto alegou o mesmo, que é mais que justo que o Governo dos Açores, insista e reivindique junto do Governo da República e dos Estados Unidos, aquilo que são as responsabilidades que ambos tem com a Terceira. -----

Por fim, o Conselheiro em breve análise ao Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira, referiu que tem um conjunto de linhas orientadoras, para aquilo que deve ser o desenvolvimento da Terceira, e o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira complementa o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Ilha Terceira. -----

O Conselheiro Luís Rendeiro mencionou, todos terem um objetivo e uma preocupação comum, apesar de se fazerem diferentes abordagens ao assunto e à resolução, e a situação em que estamos agora exige que se tenha nervos de aço, e que cada um ao

Ambrósio

nível das suas responsabilidades saiba ser líder. Não se pode fazer de conta que tudo o que está a acontecer na Terceira é culpa dos americanos. Referiu que o Plano tem uma coisa que é muito grave e tem que ser discutida, o Plano assume que a Terceira se tornou numa ilha da coesão, porque as medidas apresentadas são medidas das ilhas da coesão, o Sr. Conselheiro questionou os restantes sobre o que aconteceu às ilhas da coesão com este tipo de medidas, melhoraram? Será que a economia da Terceira tem capacidade de reagir? e o conjunto de medidas a realizar por terceiros, e se esses falharem? Quais é que são as nossas medidas? Afirmou que o problema não está na capacidade de executar planos, mas sim na capacidade de executar aquilo que se planifica. Alegou que o problema da descontaminação, do impacto ambiental dos americanos, é sem dúvida os problemas mais grave, por fim referiu que quanto ao discurso dos milhões, a presença dos americanos em 70 anos foi de muitos milhões, mas o que soubemos fazer com esses milhões? Geramos riqueza? Infelizmente não. ----

O Conselheiro José Álamo de Meneses enunciou que nas últimas duas décadas, foram décadas de crescimento económico sem precedentes nesta Ilha, em 1996 quando olhávamos para a ilha Terceira e olhamos agora as coincidências são poucas, disse ser do tempo da estrada Regional que era um desastre, de se cortar a luz todos os dias de forma rotativa pois não havia capacidade de produção eléctrica na Ilha, as freguesias tinham dificuldade de abastecimento de água, do tempo em que não tínhamos um porto capaz, uma aerogare capaz. Portanto não vale a pena dizer-se que ao longo dos anos não se fez nada, pois fez-se muito, e o povo reconheceu. -----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, pronunciou-se dizendo que relativamente aos dois pontos que estavam em análise mas em particular ao ponto três, o enquadramento que esta matéria tem é a seguinte: se os americanos abandonassem integralmente a base, todo aquele património não era da Região nem de nenhum dos Municípios da Terceira, era do Governo da República, em termos concretos é um contrato de arrendamento em condições especiais, de infraestruturas dentro de uma base que é portuguesa, dentro de um porto que é português, a um país estrangeiro, contudo as contrapartidas que advém desse contrato em que nós não participamos, porque a negociação desse contrato é entre dois estados. O que nos interessa é o que fica aqui na economia local, e quando se coloca uma questão de

redução mas com manutenção na utilização da infraestrutura, temos que reivindicar junto do Governo da República, que é quem representa no fundo a nossa parte na negociação deste processo, já foi dito várias vezes pelo Governo da República que não era da competência da Região conhecer os contornos da negociação com os americanos, porque aquilo é uma competência do Estado, nesse sentido o nosso enfoque deve ser na contrapartida que fica cá, e que representa 10% do PIB da ilha, 30% do PIB do concelho da Praia da Vitória, aproximadamente 3 mil postos de trabalho, diretos e indiretos. O Conselheiro informou os restantes que teve oportunidade de estar com todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, e disse haver uma consciência geral de que o equacionar desta questão é exatamente como foi colocada agora, e em primeira instância quem tem responsabilidades de mitigar impactos relativamente a esta decisão é o Governo da República, e neste sentido vai ser aprovado por unanimidade na Assembleia da República, isto se todos os partidos cumprirem com o que disseram, uma proposta de resolução que reitera exatamente isto, é responsabilidade do Governo da República aprovar um Plano de Emergência da Mitigação, ou seja o aprovar desta resolução por unanimidade, representa duas coisas: a concordância que compete ao Governo do País da ação solidariedade e de emergência para connosco, a segunda questão é a pressão com os americanos, fazendo com que se sintam responsáveis com o processo de mitigação, porque nos termos do acordo não são obrigados a tal. Indo mais longe se os americanos aplicarem o que está à letra no acordo, não irá acontecer nada do que a Comissão de Trabalhadores pede, pois eles irão pelo despedimento coletivo em vez de irem pelo acordo, o Presidente pensa, na sua perspetiva, que há uma margem em duas áreas, uma margem de derrapagem ligeiramente ao prazo de execução, uma margem para que adote as rescisões por mútuo acordo e evitar o despedimento coletivo dos trabalhadores. -----

Relativamente ao ponto três foi apresentada pelo Presidente uma proposta para o Concelho de Ilha da Terceira, a mesma foi lida e o **Conselheiro Pedro Ferreira** pediu um intervalo de cinco minutos, uma vez que a decisão da aprovação da proposta feita não dependeria só dele. -----

Fundo h
A

Assim sendo foi proposto pelo Presidente do Concelho de Ilha a **votação do Ponto 1- Plano de Desenvolvimento Estratégico da Ilha Terceira, o qual foi aprovado por unanimidade.** -----

Voltando então à aprovação da proposta, foram feitas algumas intervenções por alguns dos conselheiros, no sentido de ser alterada a redação do texto, o qual resultou conforme se transcreve: -----

"Analisadas as graves consequências Socioeconómicas que resultam da redução do dispositivo militar Norte-Americano na Base das Lajes e a consequente necessidade de adoção de medidas específicas que permitam adotar do impacto sobre a economia da Ilha Terceira, tendo presentes as posições assumidas pelos Órgãos do Governo próprio dos Açores, pelas entidades representativas da Sociedade Terceirense, o Conselho de Ilha da Terceira nos termos da alínea g), do n.º 1 do artigo 18 do Decreto Legislativo Regional 21/99/A de 10 de julho. -----

- 1- *Repudiar vivamente a forma e o conteúdo da decisão unilateral do Governo dos EUA, por esta ignorar os fortes impactos da redução para os Açorianos, mas em particular para os Terceirenses, considerando a redução espetável de 10% na economia da Ilha Terceira e de 30% do Concelho da Praia da Vitória, com todas as consequências, nomeadamente em termos de emprego que aí decorrem;* -----
- 2- *Reavaliar a presença Norte-americana nas Lajes, elaborando um estudo que de forma transparente permita contabilizar as vantagens/desvantagem dessa presença e a determinação de usos alternativos para aquela infraestrutura, deverá ser equacionada a presença do contingente Norte-americano remanescente se este se mostrar inferior às dos usos alternativos;* -----
- 3- *Solicitar aos competentes Órgãos de Estado a promoção de imediata transformação da Base da Lajes numa infraestrutura de uso misto, removendo integralmente as questões existentes quanto ao tráfego aéreo civil, nomeadamente no que respeita às escalas técnicas, ao transporte aéreo comercial e à utilização por aeronaves civis em missões de treino, formação ou outras, com imediata celebração nos termos do artigo 29º do Decreto-Lei nº 186/2007 de 10 de maio, do protocolo entre o INAC, a FAP e o GRA, que clarifique as regras de utilização da infraestrutura e as responsabilidades de cada uma das partes;* -----



4- Exigir ao Governo Regional que os edifícios integrados na Base das Lajes, que serão devolvidos às autoridades portuguesas, nos termos do comunicado de Departamento de Defesa dos EUA, sejam imediata e integralmente entregues ao Governos dos Açores para que possam ser colocados ao Serviço de desenvolvimento Económico da Ilha Terceira; -----

5- Repudiar energicamente as posturas bairristas e ameaçadoras da própria unidade e autonomia Açorianas, assumidas por algumas entidades representativas dos interesses empresariais de outras Ilhas; -----

5.A- Apoiar e incentivar à aplicação do Plano de Revitalização da Ilha Terceira salvando que o mesmo se faz sem que sejam retirados recursos às outras Ilhas, mantendo assim os objetivos de unidade Regional e desenvolvimento harmónico da diversas Ilhas."-----

Assim sendo passou-se à votação e a **proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade**, tendo por sua vez o senhor **conselheiro José Pimentel Dias** feito uma declaração de voto a qual se transcreve: "Tendo votado favoravelmente toda a deliberação, quanto ao ponto número dois entendo que a segunda parte do ponto número dois deveria ter sido retirada do texto do comunicado " -----

Depois de votados os pontos um e três, bem como a proposta de deliberação iniciou-se a discussão do **Ponto dois: Serviço Público da RTP nos Açores/RDP na Terceira - audição dos responsáveis das empresas;**-----

Foi sugerido pelo **Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro**, que o conselheiro José Álamo de Meneses partilhasse com o Conselho de Ilha o que sabe sobre a matéria, uma vez que estava mais por dentro da mesma. -----

O **Conselheiro José Álamo de Meneses** usou da palavra referindo que quando este ponto foi agendado com o Administrador da RTP que estava cá nos Açores propôs-se ele próprio a vir ao Conselho, isto porque este ponto deveria ter sido tratado no Conselho de Ilha anterior, e contudo nas vésperas ele comunicou que dado o estado missionário do Conselho de Administração, considerava que não era adequado vir. Por tanto do ponto de vista da audição o assunto morreu por ali, e para voltar a ouvi-los será o Sr. Presidente que terá que voltar a convidá-lo, quando houver nova administração. -----

O Sr. **Conselheiro Luís Rendeiro** alegou que dada relevância do tema continua a ser importante o Conselho de Ilha ouvir alguém daquela casa, como da parte do PSD entendem que é importante haver esse serviço aqui.-----

Foi sugerido pelo **Conselheiro Ricardo Barros** que, para além do Conselho de Administração, fosse também ouvida a Comissão de Trabalhadores daqui da ilha Terceira.-----

O **Conselheiro Fernando Sieuve de Meneses** afirmou ser importante ouvir essas pessoas e ter uma posição que preste serviço à ilha Terceira, isso é que é importante. --

O **Conselheiro Norberto Messias** salientou que a RDP nomeadamente a delegação da Terceira é que não lhe interessa discutir a situação do serviço público de Comunicação Social, porque recursos existem poucos, mas têm o suficiente para se puder fazer mais do que aquilo que se faz quando se quiser fazer, mas percebe que as pessoas que trabalham na Terceira não vêm os seus trabalhos publicados também não tem o mesmo entusiasmos necessário para os produzir, se os mesmos são sistematicamente boicotados pela edição em Ponta Delgada. Afirmou também que o que se passa com a Comunicação Social Estatal nos Açores não é uma questão deste Conselho de Administração nem da sua demissão, é uma questão de fundo. Agora este assunto tem que ser discutido mesmo que o Conselho de Administração não o queira, portanto não devemos ficar eternamente cativos da disponibilidade do Conselho de Administração para vir ser ouvido.-----

O **Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro**, disse que no âmbito do estudo de avaliação do serviço público de rádio e televisão nos Açores, este teve um relatório conclusivo relativamente às questões que todos nós conhecemos: défice de colaboradores na área da rádio, as instalações são vergonhosas, e mais grave que tudo isto é a falta de autonomia editorial, na sua opinião qualquer que seja a posição do Conselho de Ilha, deve-se ter sempre em atenção estes três factos.-----

O **Conselheiro José Pimentel Dias** mencionou ter que se reforçar a intervenção da RTP na ilha Terceira, para além de se ouvir a Comissão de Trabalhadores, propôs que se ouvisse também o Sindicato dos Jornalistas.-----



O **Conselheiro Luís Rendeiro** informou que a nível da produção de conteúdos, à escala de recursos humanos e técnicos que tem a delegação da Terceira produz imenso e não pode deixar de ser relevado. Concordou com o que foi dito de que não deveremos ficar eternamente à espera e as nossas pressões devem ser constantes, pois a situação é importante e é também importante para a Ilha e para os funcionários, os quais também merecem a nossa atenção. -----

O **Conselheiro José Álamo de Meneses** concordou com tudo o que foi dito, e colocou uma questão sobre a audição, há cerca de uma ano atrás aprovou-se uma deliberação por unanimidade, a qual foi absolutamente desrespeitada, quando a RTP depois de se ter comprometido que contrataria uma pessoa aqui, optou por utilizar as duas vagas que lhe foram autorizadas em Ponta Delgada, sendo isso um desrespeito por nós todos. Contudo não lhe parece leal estarem a fazer este debate sem a presença dos responsáveis da RTP, uma vez que os mesmos não compareceram por motivos que julga serem plausíveis. -----

O **Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro**, pediu aos restantes conselheiros para decidirem, não o que deveria ser dito pois nisso estavam de acordo mas qual o caminho a seguir: se aguardam pelas audições e dizendo o que há para dizer ou reforçar a recomendação já feita e que foi violada na primeira oportunidade e mantem-se o pedido de audiência no sentido de quem aqui se sentar já sabe o que vai ouvir. -----

Depois de ouvidos alguns conselheiros, e dada a divergência de opiniões é proposto pelo Presidente a seguinte votação: -----

Posição A: Aguardar pelas audiências? -----

Posição B: Reforçar a recomendação/protesto e simultaneamente manter o pedido de audiências, da forma como foi recomendado, quer ao Conselho de Administração, quer à Comissão de Trabalhadores e ao Sindicato dos Jornalistas? -----

Depois da votação, na qual a posição **A foi a mais votada com dez votos**, a B obteve cinco votos. -----

Rob h
27

Por fim passaram ao **Ponto quatro - Situação do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.**-----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, indicou que os novos factos são o Novo Concelho de Administração e respetiva tomada de posse, e abriu o debate.-----

O Conselheiro Norberto Messias disse que quando na última reunião propôs que se falasse no Hospital era por este ser a maior empresa da ilha Terceira, o maior empregador e o maior consumidor no mercado local, com a centralização de compras que tem vindo a ser feito, também na área da saúde, estas pequenas coisas vão esmagando o comércio local, alguns empregos indiretos mas que se relacionam com o hospital, porque se se fortalecer uma empresa de São Miguel que vende para todo o sistema de saúde da Região, estão simultaneamente a extinguir as várias empresas e vários postos de trabalho, das restantes ilhas. -----

Proferiu que nos mais recentes acontecimentos assistiu-se ao lançamento da primeira pedra do Centro de Radioterapia dos Açores, que por coincidência foi no dia em que se comemorou o Dia Mundial de Luta Contra o Cancro, e foi também uma coincidência ser imediatamente a seguir a uma posição dos empresários da Terceira, a qual o Sr. Conselheiro felicitou por essa posição, de reivindicarem a instalação desse equipamento na ilha Terceira, não só pelo que representa para a economia local, mas pela poupança uma vez que a estrutura necessária à sua instalação já existe construída na ilha Terceira, portanto esta estrutura vai continuar a ser paga e não utilizada, ou seja vamos pagar uma reconstrução desse espaço.-----

A Conselheira Marília Vargas apresentou cumprimentos aos colegas conselheiros, mencionando que teve cá o colégio das especialidades de Medicina Intensiva e concluiu que não havia qualquer anomalia na prestação do serviço de cuidados intensivos, sendo este um dado muito importante. -----

O Conselheiro Péricles Ortins disse ser natural que algumas coisas por escala venham a ser centralizadas, mas no que diz respeito ao apoio direto às populações, nomeadamente a educação, os transportes e a saúde, será importante junto a esta comunidade um serviço que tenha credibilidade. Afirmou ainda que não se deverá só criticar o que se passa no Hospital, mas sim perceber e ajudar. -----

h
Azevedo
[assinatura]

O **Conselheiro José Pimentel Dias** entrevistou dizendo que o Governo Regional que adjudicou o centro de radioterapia ao Hospital da Terceira e é o mesmo Governo Regional que agora adjudicou-o a S. Miguel, ou seja, são recursos financeiros que estão a ser desperdiçados. -----

A **Conselheira Marília Vargas** transmitiu que o fundamental é o Conselho de Ilha perceber qual o verdadeiro problema do Hospital, e para isso o ideal seria convidar-se o novo Conselho de Administração. -----

O **Conselheiro José António Azevedo** concordou que se deve perceber o verdadeiro problema do Hospital com as pessoas que lidam com ele diariamente, e julga que o Hospital é novamente o velho problema da centralização de todos os serviços e o problema da radioterapia, se já havia a estrutura era só proceder à sua instalação na qual haveria uma poupança por parte da Região e não é só o esvaziar o próprio mas é o que não se cria, não se enriquece o hospital com meios quer físicos quer instrumentais, a Ilha fica mais vazia. -----

O **Conselheiro Pedro Ferreira** acrescentou que o problema do Hospital é um problema de política, da política do Serviço Regional de Saúde, o que está a suceder com o Hospital da Terceira é que foi feito um investimento num novo hospital do século vinte e um, altamente equipado, com um modelo de parceria público-privada, que nos faz pagar nos próximos trinta anos trezentos e setenta milhões de euros, enfim projetou-se um hospital com novos serviços, como por exemplo a radioterapia, mas entretanto desvirtuou-se completamente o papel fundamental do Serviço de Oncologia dos Açores, e vem o Sr. Secretário Regional e diz que a Terceira vai ter um polo da radioterapia para fazer tratamento de braquiterapia. O objetivo do Sr. Secretário Regional da Saúde com este plano de reestruturação é transformar o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira (HSEIT), em uma extensão de saúde do Hospital de Ponta Delgada, para triagem e recobro dos doentes tratados em Ponta Delgada. -----

O **Conselheiro José Álamo de Meneses** disse que no que diz respeito ao Hospital era necessário ter-se uma política clara, e isso tem faltado aqui nos últimos tempos, e tem faltado em duas áreas: a primeira tem a ver com o papel que o hospital têm no contexto do Serviço Regional de Saúde, ou seja, um hospital com esta dimensão tem

que ser visto na prestação de cuidados a nível global dentro do arquipélago e não só a nível da Terceira. Há aqui um problema de imagem, de relações públicas, comunicação do próprio Hospital e um problema nosso, ou seja, da Terceira, o Conselho de Ilha podia dar aqui um contributo, na primeira parte fazendo chegar ao Governo Regional e em particular a quem é responsável direto pela gestão do Serviço Regional de Saúde, o nosso descontentamento e a nossa vontade, para que se esclareça qual é o papel do Hospital no contexto do Serviço Regional de Saúde, na outra área é fazer chegar ao Conselho de Administração ou aos profissionais de saúde que lá trabalham, que está na altura de meterem a sua casa em ordem porque a sobrevivência deles depende disso. -----

O Conselheiro Luís Rendeiro expressou que o abastecimento da saúde na Terceira está a deixar de ser feito aqui, havendo incontornavelmente uma questão de má governação regional em tudo o que diz respeito à Terceira. -----

O Conselheiro João Santos disse que em relação a ouvir-se o Conselho de Administração pensa que deve ser feito mas terá que se ter um pouco de paciência, pois ainda não devem saber quais os verdadeiros problemas do Hospital. Por fim solicitou que o esclarecessem sobre quais as mais-valias que o centro da radioterapia têm para a Terceira. -----

A Conselheira Marília Vargas proferiu que o que é importante, é que entre não ter nada e ter um polo de braquiterapia é bom. O Hospital é bom, as pessoas que lá trabalham têm brio profissional e pessoal mas o Hospital precisa de evoluir, precisa-se de muito apoio na formação, precisa-se de recheiar o Hospital e precisa-se mais pessoal. -----

O Conselheiro Ricardo Barros disse ser importante saudar os profissionais do Hospital de Angra do Heroísmo neste momento. -----

O Conselheiro Carlos Santos começou por concordar com o conselheiro Ricardo Barros, em relação ao saudar-se os profissionais de saúde do Hospital de Angra do Heroísmo. -----

Enunciando que a radioterapia faz parte dos projetos âncora que a Ilha precisa, fazendo uma equivalência entre a radioterapia e a braquiterapia, a rádio envolve cerca

de 650 doentes por anos enquanto a braquiterapia envolve cerca de 30 doentes por ano, portanto são números que diferenciam bastante e que de facto iriam contribuir para que o Hospital tivesse uma intervenção na área da economia da Ilha que era extremamente fundamental. -----

Informou que em nome da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, lamentam que tenham desviado o centro de radioterapia para São Miguel. -----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, entreviu proferindo que de tudo o que foi sendo discutido há uma posição de convergência absoluta entre em primeiro lugar a necessidade de clarificação definitiva e objetiva do papel do Hospital da Ilha Terceira no âmbito do Serviço Regional de Saúde e neste sentido julga ser oportuno "sentar" o Secretário Regional da Saúde e o Conselho de Administração do Hospital, em segundo lugar sair uma saudação a todos os profissionais de saúde. -----

O Conselheiro Norberto Messias em resposta à interpolação que foi feita, quando foi proposto pelo Sr. Conselheiro o agendamento desta questão, foi por aquilo que é na totalidade, ou seja, é o Norberto, enfermeiro (embora não exerça), professor de enfermagem, membro da Assembleia Municipal da Praia da Vitória e utente dos Serviços de Saúde, portanto foi nessas condição global que foi feita essa proposta, e fê-la para que também os profissionais de saúde percebam que não estão sozinhos nesta luta, do desenvolvimento do Hospital, o qual precisa de parceiros fortes nesta Ilha e o Conselho de Ilha deve ser um parceiro forte do Hospital. Quando se falar do Plano Estratégico de Desenvolvimento Económico da Ilha Terceira também deve-se incluir a vertente da Saúde. -----

O Presidente do Conselho de Ilha, Roberto Monteiro, encerrou os trabalhos mencionando que o que ficou como resultado de discussão do último ponto é a importância de clarificação do papel do Hospital da Ilha Terceira, e um posterior esclarecimento, frente a frente, com o Secretário Regional da Saúde, sairá também um documento de saudação a todos os trabalhadores do Hospital da Ilha Terceira e um reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. -----

Não havendo outros assuntos a tratar, o Presidente do Conselho, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, foi aprovada e vai ser assinada.-----

O Presidente do Conselho de Ilha,

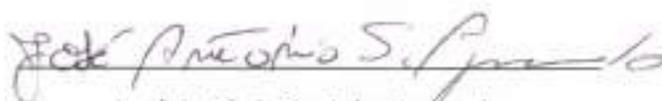


Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Os Membros da Mesa,



Sandro Rebelo Paim



José António Sozinho Azevedo